



Raça e gênero como categorias de análise geográfica: reflexões a partir do feminismo camponês e popular

Race and gender as categories of geographical analysis: reflections from peasant and popular feminism

Maria Rosineide Pereira¹ 

Resumo

O presente artigo deriva da tese de doutorado "Trabalho da mulher negra: latifúndio, raça e patriarcado na zona canavieira do Nordeste", em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PGH/USP). A pesquisa investiga as relações de trabalho na zona canavieira nordestina sob a perspectiva de classe, raça e gênero, buscando compreender a inserção e o reconhecimento social do trabalho da mulher negra no campo. Assim, o estudo caracteriza as relações de trabalho nesse território, focando na atuação das trabalhadoras do campo e nas implicações de sua condição de classe, gênero e raça. As reflexões apresentadas aqui, são fruto de uma revisão bibliográfica que explora como as intersecções de raça, classe e gênero, somadas à estrutura do latifúndio, moldam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e como se manifesta a resistência das mulheres negras no campo, a partir da ótica do feminismo camponês e popular.

Palavras-chave: questão agrária; interseccionalidade; território.

Abstract

This article is derived from the doctoral thesis, "Labor of Black Women: Latifundium, Race, and Patriarchy in the Sugarcane Zone of the Northeast," currently being developed within the Graduate Program in Human Geography at the University of São Paulo (PGH/USP). The research investigates labor relations in the northeastern sugarcane zone through the lenses of class, race, and gender, aiming to understand the integration and social recognition of black women's work in rural contexts. The study thus characterizes labor relations in this territory, focusing on the roles of rural women workers and the implications of their class, gender, and race conditions. The reflections presented herein stem from a literature review that explores how the intersections of race, class, and gender, combined with the latifundium structure, shape the development of capitalism in Brazil and how the resistance of black women in rural areas manifests, from the perspective of peasant and popular feminism.

Keywords: agrarian question; intersectionality; territory.

¹ Universidade de São Paulo (USP). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: rosanegra@usp.br

Introdução

Este artigo, derivado de uma tese de doutorado em andamento na Universidade de São Paulo (USP), analisa as relações de trabalho na zona canavieira do Nordeste sob a perspectiva interseccional de classe, raça e gênero. O foco recai sobre a mulher negra, buscando compreender sua inserção no campo e a constituição de seu reconhecimento social. Para isso, caracterizamos as relações de trabalho nesse território, com atenção especial à atuação das trabalhadoras do campo.

As reflexões apresentadas resultam de uma revisão bibliográfica que investiga como a articulação entre raça, classe, gênero e a estrutura do latifúndio molda o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Adicionalmente, analisamos como se operam as estratégias de resistência das mulheres negras no campo, a partir do referencial do feminismo camponês e popular. A proposta deste artigo surge, também, da necessidade de sistematizar os debates sobre o uso das categorias de raça, patriarcado e interseccionalidade na geografia, especialmente na geografia agrária.

O estudo parte da análise de como essas mulheres são afetadas pela expropriação de terras e pela expansão do agronegócio no campo nordestino. Investigamos como o capitalismo brasileiro se fortalece sobre as bases do patriarcado, do racismo e da manutenção do latifúndio, eixos estruturantes da desigualdade social no país. Por fim, apontamos para as possibilidades de resistência fundamentadas no feminismo camponês e popular e na proposta da Reforma Agrária Popular como uma política de reparação histórica.

É preciso racializar os dados nos estudos agrários brasileiros

Considera-se importante observar os sistemas de classificação racial no Brasil e como esse sistema molda um retrato da composição racial brasileira. A categoria cor, enquanto elemento de construção racial e social, está historicamente pautada nas variações fenotípicas dos agentes e se constitui em um mecanismo de classificação social que hierarquiza as relações e o acesso a determinados espaços sociais.

Nessa perspectiva racializar dados significa reconhecer que a raça não é um conceito biológico, mas uma construção social com impactos profundos nas relações de

poder e nas experiências de vida de indivíduos e grupos. O conceito de "racializar dados", embora não seja explicitamente formulado, como tal, em um artigo específico de Lélia Gonzalez (2020), pode ser compreendido a partir de suas análises sobre a relação entre raça, gênero e classe.

A racialização de dados não se limita a coletar informações sobre raça, mas a analisar como as categorias raciais são construídas e como essas construções moldam as desigualdades e as relações sociais. Na análise interseccional, as relações entre raça, gênero e classe, é fundamental para compreender a complexidade do racismo no Brasil.

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) corroboram a persistência de uma desigualdade social acentuada no Brasil, perceptível tanto pela observação cotidiana quanto pela análise da disparidade entre a proporção de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas e seu acesso a direitos fundamentais como terra, alimento, moradia e educação. Essa discrepância sublinha a urgência de uma análise aprofundada sobre as implicações da estrutura racial brasileira.

Um olhar detalhado sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) entre 2012 e 2021 revela uma dinâmica demográfica significativa. Enquanto a população que se autodeclara branca registrou uma leve redução em sua participação na população total, passando de 46,3% em 2012 para 43,0% em 2021, as populações preta e parda apresentaram um crescimento notável. A proporção de pessoas que se declararam pretas aumentou de 7,4% para 9,1%, e a de pardas, de 45,6% para 47,0% no mesmo período (IBGE, 2022).

Em termos absolutos, a população residente no país cresceu 7,6% entre 2012 e 2021. Contudo, o crescimento da população preta foi de 32,4% e da parda, de 10,8%, contrastando com a estabilidade da população branca. Essa mudança na composição demográfica, conforme dados do IBGE (2022), não é apenas um fenômeno estatístico; ela reflete transformações sociais e a crescente visibilidade de grupos historicamente marginalizados, ao mesmo tempo em que evidencia a persistência de desigualdades estruturais que afetam desproporcionalmente essas populações.

A desigualdade se manifesta de forma ainda mais contundente na análise da pobreza monetária. A Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2020), 24,8% da população estava em condição de pobreza monetária e 6,6% em extrema pobreza em 2019 – números que eram menores em 2014: 22,8% e 4,5%, respectivamente. O percentual de pretos ou

pardos mais do que duplica em comparação com brancos no indicador de pobreza, e é 2,6 vezes maior na extrema pobreza. Esses dados não apenas quantificam a pobreza, mas também revelam sua dimensão racializada, indicando que a cor da pele é um fator determinante na vulnerabilidade econômica no Brasil.

No que tange ao acesso à terra, a realidade brasileira é marcada por uma distribuição historicamente desigual e concentrada. A estrutura fundiária, moldada desde o período colonial, perpetua um modelo de agricultura que favorece a concentração de grandes propriedades. Essa desigualdade está intrinsecamente ligada a processos de grilagem, conflitos sociais e impactos ambientais, configurando um cenário de injustiça agrária. O estudo realizado pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola em 2020, aponta dados interessantes em relação a essa problemática situação desigual, eles revelam que cerca de 25% da terra agrícola do Brasil é ocupada pelos 15.686 maiores imóveis, que representam apenas 0,3% do total de propriedades rurais.

Nesse sentido, para atingir outros 25% da área agrícola, seria necessário considerar as áreas dos 3.847.937 imóveis menores, que compõem 77% do total de propriedades. O estudo aponta ainda que 10% dos maiores imóveis detêm 73% da área agrícola, enquanto os 90% menores imóveis ocupam apenas 27%. Além disso, em todos os estados brasileiros, os 10% maiores imóveis possuem mais de 50% da área agrícola. Tais dados, conforme o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora (2020), evidenciam uma forte concentração de terras, com profundas implicações para a política agrária, a sustentabilidade ambiental e a justiça social no Brasil.

Aprofundando a análise sobre o acesso à terra, os dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE revelam uma persistente desigualdade. A Tabela 1 ilustra a severa concentração de terras no Brasil, onde os 10% maiores imóveis detêm 73% da área agrícola, enquanto os 90% menores ficam com apenas 27%. Essa desigualdade afeta diretamente a população negra na zona rural, que, apesar de ser maioria na população brasileira, possui uma parcela minoritária das terras. A estimativa é que apenas 28,3% das terras agrícolas no Brasil sejam de propriedade de negros e pardos (IBGE, 2018)

Tabela 1 - Dados da concentração fundiária no Brasil em 2020

Categoria	Área Agrícola (%)	Total de Imóveis (%)
15.686 maiores imóveis	25%	0,3%
3.847.937 menores imóveis	25%	77%
10% maiores imóveis	73%	10%
90% menores imóveis	27%	90%

Fonte: Imaflora, 2020.

Org.: Maria Rosineide Pereira, 2025.

De acordo com dados do IBGE (2022), a maioria da população brasileira é formada por pessoas negras (pretas e pardas), 56%, segundo dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia. Esses dados indicam que, a população brasileira que se autodeclara de cor ou raça preta 20,7 milhões, (10,2%), no caso das pessoas autodeclaradas pardas, 92,1 milhões de brasileiros(as), (45,3% do total) e 88,3 milhões se declararam brancos (as), (43,5%) (IBGE, 2022).

Em relação ao controle da terra, segundo o IBGE (2018), quando se trata de acesso à terra pela população negra na zona rural, os dados do IBGE mostram o quanto essa desigualdade só aumenta. Enquanto 18,2 milhões de habitantes (61%) são pessoas negras e 10,8 milhões (36,3%) são pessoas brancas, a população negra controla apenas 28,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários e os brancos controlam 59,4%.

Em relação as comunidades quilombolas, existem cerca de 3.500 comunidades quilombolas no Brasil, mas apenas uma fração delas possui titulação definitiva de suas terras. Em 2020, cerca de 1.000 comunidades estavam em processo de titulação. A PNAD reforça o cenário de vulnerabilidade ao indicar que, em 2019, aproximadamente 40% dos negros estavam abaixo da linha da pobreza, em comparação com cerca de 18% dos brancos. Essa estatística, somada à dificuldade de acesso à terra, evidencia a interconexão entre raça, território e pobreza.

No que se refere à questão de gênero, a interseccionalidade se mostra crucial para compreender as camadas de desigualdade. Um estudo recente do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (MADE/USP) revela que mulheres negras são desproporcionalmente afetadas pela pobreza e extrema pobreza. Durante o período de

suspensão do Auxílio Emergencial (janeiro a março de 2021), 41% dessas mulheres estavam em situação de pobreza, e 14,6% em extrema pobreza (Nassif-Pires; Cardoso; Oliveira, 2021).

Essa realidade, conforme análise de Girardi (2022, p. 35) baseada no censo agropecuário de 2017, é agravada pela concentração da população negra em regiões mais pobres, tanto em áreas urbanas (como favelas) quanto em escala nacional (com maior concentração nas regiões Norte e Nordeste). Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades de gênero e raça na formulação de estratégias de combate à pobreza e à desigualdade.

A relevância de abordar essa temática sob uma perspectiva crítica da ciência geográfica reside na necessidade de compreender a diversidade das relações sociais e sua expressão territorial. A utilização dos conceitos de 'espaço' e 'território' é fundamental para aprofundar o estudo do objeto de pesquisa. Na concepção proposta, esses conceitos, complementares e interdependentes, permitem uma reflexão crítica do pensamento geográfico, compreendendo-os como resultados de processos históricos e sociais, e como condições para o devir. Essa abordagem geográfica crítica é essencial para desvendar as complexas dinâmicas de poder e desigualdade que se manifestam no território brasileiro.

Raça e Gênero nos estudos socioterritoriais do campo brasileiro

O território é uma construção social que resulta de relações de poder, onde as identidades, os conflitos e as negociações se entrelaçam. Ou seja, o território é moldado por interações sociais e relações de poder. De acordo com Raffestin (1993, p. 143), o território é produzido por uma constelação de relações que o indivíduo ou grupos mantêm entre si e com a natureza, “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. De acordo com autor, essa apropriação é marcada por relações de poder, enquanto aspecto fundamental para a compreensão do território, sendo exercido por pessoas ou grupos, sem o qual não se define o território.

Existem múltiplos processos de resistência que fazem oposição ao avanço do sistema capitalista e outros mundos não só são possíveis, mas também, necessários. A ideia de territorialidade, apresentada neste trabalho, é construída na relação entre grupos sociais e espaço, revela-se uma dimensão crucial para compreender a resistência das

mulheres negras no campo. “Os homens (e mulheres) ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”, entendendo-se que “todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais” (Raffestin, 1993, p.158).

Compreende-se, assim que a partir do espaço geográfico, cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum' (Santos, 2000, p.109-110)]. Assim, entendemos que essas mulheres, a partir de suas práticas territoriais de enfrentamentos à discriminação racial e de gênero, transformam esses territórios em espaços de luta e afirmação. Forjando, assim, essa territorialidade de resistência.

A análise da questão agrária sob a perspectiva geográfica tem proporcionado leituras, fundamentais para o estudo da concentração da propriedade da terra, aspecto fundamental para entender a realidade brasileira. As reflexões elaboradas acerca dessa temática revelam que a manutenção da propriedade privada das terras desencadeou e perpetuou a desigualdade social e racial, além de gerar miséria e pobreza tanto no campo quanto nas cidades.

A configuração da questão da terra no Brasil, como um dos elementos estruturantes do capitalismo, exige que analisemos a dinâmica da luta de classes no campo a partir dos sujeitos que compõem essa diversidade. Nesse contexto, as mulheres negras, ao longo do processo de formação social do campesinato brasileiro, têm enfrentado a falta de políticas públicas e o acesso restrito à terra – seu principal meio de sobrevivência. Isso as leva a aceitar ofertas de trabalho, indignas e humilhantes, para garantir condições mínimas de vida para si e suas famílias.

As reflexões deste estudo se justificam pela necessidade de incorporar as questões de raça e gênero como categorias de análise essenciais para o estudo do território na geografia agrária. Consideramos crucial abordar essa temática sob uma perspectiva geográfica, uma vez que a interseccionalidade deve ser compreendida também através da ótica territorial.

Além disso, é evidente que o atual modelo capitalista para o campo, caracterizado pelo agronegócio, aliado ao racismo, configura um problema estrutural. Esse modelo gera uma produção agrícola voltada para a exportação, refletindo o legado colonial e escravocrata brasileiro. “Etnia, raça e terra são, também, questões estruturais no Brasil, especialmente quando observamos que elas excluem grandes massas populacionais, impossibilitando a maior parte da população negra de participar dignamente do desenvolvimento do país” (Fernandes, 2007, p. 158).

O racismo e patriarcado são temáticas que juntas compõem um conjunto de teorias e crenças, que proporcionam bases para uma hierarquia entre as raças, etnias que possibilitam essa ideia construída no imaginário social de superioridade e nesse aspecto, estruturam o capitalismo no Brasil. Avanço nessa reflexão, é relevante trazer presente o fato de termos sido o último país a abolir a escravidão e também aquele que mais recebeu africanos, contabilizando cerca de 4,8 milhões de pessoas desembarcadas entre 1550 e 1882 (Schwartz; Gomes 2018). Esses indivíduos foram sequestrados e trazidos em condições insalubres nos navios negreiros para trabalhar em um regime escravocrata que perdurou por quase quatro séculos.

A abolição da escravidão, no Brasil, foi formalizada em 1888 com o decreto da Lei Áurea, que se resume em dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil; Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”. Antes disso, foram sancionadas a Lei do Ventre Livre em 1871 e a Lei do Sexagenário em 1885. Uma questão fundamental para nossa reflexão é que essa legislação não ofereceu qualquer menção a políticas públicas ou previsões sobre as condições de trabalho para a população que havia vivido em condições degradantes por quase quatro séculos.

No centro da questão, estavam a terra e o trabalho. A origem do racismo como justificador das ações da elite detentora da terra é, portanto, anterior aos três fatos críticos que, por também serem racistas, impuseram aos negros uma situação de inferioridade socioeconômica no Brasil, quais sejam: a Lei de Terras de 1850, a Lei Áurea de 1888 e a política de incentivo à imigração europeia. Assim como no início da colonização pela agricultura, nessas três políticas/ leis, a terra e o trabalho eram centrais (Girard, 2022, p.37)

Esse sistema não apenas legitimou uma noção de inferioridade social, mas também dificultou as lutas organizadas pelo movimento negro e abolicionista. Essas

reflexões nos levam a reconhecer que o processo de colonização no Brasil foi fundamentado na intersecção entre raça/etnia, gênero e classe.

O desenvolvimento histórico da humanidade possibilitou uma série de mudanças socioculturais tais como a mundialização do sistema capitalista a partir do avanço das ciências náuticas, o tráfico de seres humanos seguido de escravização, a eclosão de guerras mundiais assim como o desenvolvimento tecnológico. Todavia, o Patriarcado conserva-se modificando-se em determinados atributos. Assim é possível afirmar que se “a opressão de gênero tenha existido bem antes do advento do capitalismo, isso não significa que as formas que assumiu tenham sido sempre as mesmas (Arruza, 2015, p. 46).

Em “A mulher na sociedade de classes”, publicado pela primeira vez em 1969, Saffioti apontava a questão da contradição de raça/etnia, avaliando o lugar das mulheres escravizadas na sociedade colonial brasileira. Com efeito, cabia à escrava, além de uma função no sistema produtivo de bens e serviços, um papel sexual, via de uma maior reificação e, simultaneamente, linha condutora do desvendamento do verdadeiro fundamento da sociedade de castas. Se, por um lado, a função da negra escrava, enquanto mero instrumento de prazer sexual de seu senhor, não indica que nesta relação as partes envolvidas tenham superado o ‘nível primário e puramente animal do contrato sexual’, por outro, o produto dessa relação assume, na pessoa do mulato, a forma de um foco dinâmico de tensões sociais e culturais” (Saffioti, 1969, p.236).

Assim, no intuito de entender as relações de classe, gênero e raça, Saffioti (2011) apresenta a teoria do “nó”. Para ela, ao passo que essas relações se encontram enoveladas, passam a ser regidas por uma lógica distinta das que orientam cada uma dessas contradições em separado. Assim, cada uma apresenta uma dinâmica especial quando estão juntas, em um nó, pois se condicionam a esta nova realidade. As circunstâncias históricas em que o nó se encontra dotam as contradições de formações distintas. Segundo essa proposição, entender as relações como um nó significa não as adicionar simplesmente, mas perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão.

Seguindo nessa linha, Saffioti (2015, p.106) nos apresenta a concepção do patriarcado enquanto “dominação-exploração das mulheres pelos homens, que se dá para muito além da família e se torna uma “máquina do patriarcado”, trazendo à tona esse mecanismo de dominação-exploração profundamente enraizado às instituições, de tal modo, que acabou sendo naturalizado depois de séculos de reprodução, que até mesmo

independe da figura do patriarca. Dessa forma, o patriarcado pode ser apreendido como um “um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens (...) um sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo” (Arruza, 2015, p. 07)

Nesse sentido, é possível compreender, a partir de uma perspectiva interseccional, como essas opressões se entrelaçam. Essa estrutura perpetua privilégios e uma hierarquia social que dificulta o acesso a direitos básicos, como educação, saúde e moradia, além do acesso à terra para pessoas racializadas. Essa situação é sustentada por uma engrenagem que utiliza diversos instrumentos políticos, jurídicos e legislativos, desenvolvidos ao longo dos anos, para assegurar a manutenção desse sistema. A partir dessa perspectiva, torna-se possível entender como esses fatores delimitam estruturalmente as possibilidades de resistência e luta pela sobrevivência das pessoas negras em nosso país.

Consideramos necessário partir do conceito de interseccionalidade, considerando sua relevância nesse estudo. Para tanto, é fundamental reconhecer a determinação intelectual e política das militantes que, nos anos 90, construíram o feminismo negro nos Estados Unidos. Nesse processo, elas ressignificaram epistemologias para evidenciar as consequências da universalização da categoria “mulher”, que frequentemente se concentra na realidade de mulheres brancas de classe média, e nesse aspecto, invisibiliza as questões específicas que afetam mulheres não brancas.

As mulheres africanas enfrentaram uma exploração ainda mais severa do que a dos homens. Além de realizarem trabalhos pesados nas plantações, nas casas grandes e nas cidades, como quituteiras e lavadeiras, elas também foram vítimas de violência sexual. No contexto colonial, a misoginia as rotulava como “fáceis”, tornando-as alvos das investidas sexuais dos senhores de engenho (Del Priore, 2013).

Esse cenário gerou uma ideia de subserviência em relação à mulher negra, que deveria trabalhar nas plantações, obedecer às sinhás, atuar como ama de leite dos filhos delas e garantir a satisfação sexual dos senhores, além de ser responsável pela reprodução de novos seres humanos para serem escravizados. Nesse processo, elas presenciaram a fragmentação de suas famílias e o desrespeito por suas culturas. Contudo, é fundamental ressaltar que essas mulheres resistiram de diversas formas, desde a travessia nos navios negreiros, desafiando a ideia de passividade. Como afirmam Paixão e Gomes (2008, p. 951):

As mulheres agiam na proteção da integridade física e psicológica de seus (as) filhos (as) e companheiros, assim como da comunidade da qual faziam para impedir fossem vendidos (as) separadamente, muitas se recusavam a trabalhar e ameaçavam os senhores com suicídios e infanticídios. Fazendeiros temiam especialmente os envenenamentos que poderiam ser praticados por mucamas. Em um mundo cercado de opressão, essas mulheres construíam ambientes de autoestima, sendo decisivas para possibilitar fugas ou obter informações sobre vendas e transferências indesejáveis.

Desse modo, as mulheres negras desempenhavam um papel de liderança nas senzalas, sendo fundamentais para a continuidade e recriação de aspectos culturais de suas raízes. Por meio da transmissão oral de suas crenças e valores, elas mantinham vivas as histórias e a ancestralidade de seus descendentes, utilizando músicas e linguagem como ferramentas de resistência cultural (Paixão; Gomes, 2008).

Essa possibilidade de analisar as opressões de forma conjunta está presente na perspectiva da interseccionalidade, conceito usado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw (1989), autora estadunidense que reflete justamente sobre as sobreposições entre raça e gênero no intuito de entender essas relações. As visões clássicas de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas às pessoas pobres.

A autora enfatiza a ideia de que a mulher negra não é oprimida de forma separada, ora como mulher, ora como negra, mas enquanto mulher negra, ou seja, “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (Crenshaw, 1989, p. 9-10). Assim, considerando que a opressão é, na maioria das vezes, sobreposta, e, por isso, interseccional, importa pensar a partir de uma análise interseccional para compreender essa sobreposição.

Nesse sentido, entendemos que as reflexões em torno da interseccionalidade podem nos ajudar a compreender as várias nuances dessas opressões que se interrelacionam nessa realidade. Patrícia Hill Collins (2015), ao realizar uma análise sobre o que ela chamou de entrelaçamento dos sistemas raça, gênero e classe em relação ao sistema de exploração baseado nas plantations estadunidenses, disserta que “a escravidão foi uma instituição específica de raça, classe e gênero, (...) embora seja tipicamente analisada como uma instituição racista e, ocasionalmente, como uma

instituição de classe” (Crenshaw, 1989, p. 21). Sem o necessário entrelaçamento dos sistemas mencionados não seria possível compreender “a real natureza das relações de dominação e subordinação que operavam na escravidão” (Crenshaw, 1989, p. 21-22).

No que se refere à questão racial no Brasil, sabemos que as teorias racialistas e a legislação seguiram indissociáveis da opressão de classe e no processo histórico criaram e pavimentaram as desigualdades de raça e de sexo. Ao que tudo indica, o discurso da inferioridade racial além de ter produzido uma falsa verdade, se aliou ao ideal de embranquecimento que abrangia um projeto nacional fundado na concepção de miscigenação seletiva. Por fim, o mito da democracia racial que colaborou para a construção de uma ideia de relações raciais passivas.

Nesse sentido, não foram as diferenças entre os traços biológicos e culturais que tomaram proporções que interferiram diretamente no processo histórico. Para Fernandes (2004), as desigualdades raciais no Brasil foram sendo incorporadas ao regime de classes, isso significa que, mesmo com o trabalho “livre”, a “raça” ainda foi usada como um fator de ajustamento social. A reflexão sobre a herança escravista é um fator fundamental a ser considerado na análise da sociedade de classes feita pelo autor.

Ao fincar raízes no debate sobre as mulheres e o racismo, Ângela Davis (2016, p. 62-82) demarcou o lugar da mulher negra na política, na cultura, na produção de novas concepções sobre elas. A sua obra tem uma característica fundamental que está baseada na luta para que a população negra seja efetivamente reconhecida e integrada com igualdade de direitos nas sociedades contemporâneas. Segundo a autora, o lugar da opressão possibilita à mulher negra pensar fortemente sobre as mudanças urgentes que precisam ser realizadas, mas não sem muita luta e coragem. Desta maneira, muitos silêncios deverão ser rompidos para que seus sons, palavras e ações possam chegar nas diversas sociedades e penetrarem no cotidiano de outras diferentes histórias de mulheres e homens.

Vale ressaltar que a população negra, no Brasil, realizou inúmeras ações de luta contra os processos de opressão e exploração a que foi subjugada. Ao resgatar a história de Palmares, entre outras lutas e resistências, Lélia Gonzalez denuncia o apagamento operado pela história oficial. Estamos falando da República Negra de Palmares que, durante um século (1595-1695) floresceu na antiga Capitania de Pernambuco (Gonzalez, 1982, p. 91). A autora afirma a importância de confrontar a narrativa oficial, que defende uma suposta cordialidade do povo brasileiro e perpetua ideias de “passividade,

infantilidade e incapacidade intelectual” atribuídas ao povo negro. Em contrapartida, a história revela que o povo negro sempre buscou formas de resistência diante da condição sub-humana a que foi relegado (Gonzalez, 1982, p. 91).

A inserção da mulher na luta social e a organização de um espaço próprio, dentro dos movimentos sociais mistos ou como movimento social autônomo, o contato com o discurso feminista é essencial para a politização da situação de subordinação da mulher dentro da divisão sexual do trabalho e a construção de estratégias para a superação das assimetrias de gênero nas organizações sociais, nas políticas públicas, no espaço familiar.

O feminismo foi fundamental para as conquistas das mulheres ao criar novas formas de organização e identidade. Sua análise do capitalismo patriarcal expôs as bases da opressão, e ao politizar a vida privada, trouxe à luz temas como sexualidade e violência. Essa transformação, impulsionada pela teoria e pela prática do movimento, mudou o mundo de forma permanente (Gonzalez, 2020).

As mulheres negras pautaram como elemento central do paradigma, o direito dos povos do campo de produzir seu alimento em seu território. Além disso, acrescentaram a dimensão da saúde humana, que perpassa pela crítica ao modelo de agricultura dependente de agrotóxicos e de plantas geneticamente modificadas. Ao debate da soberania alimentar, as mulheres camponesas vêm acrescentar as questões da igualdade de gênero e de raça, adicionando uma perspectiva feminista popular à consciência de classe, que implica transformações estruturais na sociedade.

Por onde passa a resistência negra, feminista, camponesa e popular?

Aqui, partimos de sujeitos reais, que desenvolvem processos de enfrentamento ao capital no campo, das mais variadas formas. Nesse contexto, essas mulheres frequentemente criam, recriam e mantêm comunidades camponesas que buscam promover soberania alimentar a partir da produção de alimentos saudáveis. São mulheres negras camponesas, que revelam um modo de se relacionar com a natureza, pautado na agroecologia e na organização coletiva enquanto estratégias centrais de resistência.

As mulheres campesinas, inseridas nas lutas do seu tempo, decidiram romper com estes processos de dominação social e por essa razão nos deixam um legado de resistência e rebeldia. O fato é que essas mulheres, compreendendo os desafios de sua classe,

perceberam que a luta pela emancipação das mulheres não pode ocorrer desvinculada da luta pela construção de uma outra sociedade, que seja mais igualitária.

O processo da participação das mulheres na luta por reforma agrária, no Brasil, possibilitou a construção de bases para a atual compreensão acerca do feminismo camponês e popular. “Os conceitos que surgiram no discurso feminista foram principalmente *conceitos de luta*, não baseados em definições teóricas trabalhadas por uma mente ideológica brilhante do movimento” (Mies, 2022, p.98).

Esse conceito está fundamentado na materialidade da vida das mulheres camponesas, indígenas e negras latino-americanas, levando em conta suas pluralidades e diversidades, e se originando de ações políticas no enfrentamento ao capital no campo brasileiro, conduzidas pelas mulheres da Via Campesina. Seu objetivo é articular as lutas das mulheres rurais com as questões sociais e políticas mais amplas, focando na realidade concreta em que essas mulheres atuam.

Hoje, diante do novo processo de acumulação primitiva, as mulheres são a principal força social que impede uma total comercialização da natureza, ao promoverem o uso não capitalista da terra e formas de agricultura de subsistência. As mulheres são as agricultoras de subsistência do mundo (Federici, 2019, p. 385).

A cada jornada de lutas, as mulheres da via campesina, denunciam um cotidiano marcado por práticas sistemáticas de violência física, econômica, simbólica e institucional. Essas violências constituem o capitalismo na periferia do capitalismo, cujo processo de acumulação primitiva não deve ser compreendido como um momento inicial superado, mas como uma lógica permanente, sustentada pela expropriação e pela divisão sexual do trabalho.

Conforme Silvia Federici aponta, a subordinação das mulheres constituiu-se como uma das bases da transição ao capitalismo, sendo o controle do corpo feminino, sobretudo de sua capacidade reprodutiva um instrumento central para a formação e manutenção da força de trabalho. Os corpos das mulheres foram transformados em recursos econômicos, seus trabalhos desvalorizados ou invisibilizados, e sua sexualidade rigidamente regulada de acordo com os imperativos do capital.

A realidade das mulheres nas periferias urbanas e nos territórios camponeses é marcada pelo medo, pela precariedade e pela violência sistêmica. A repressão, os assassinatos, as perseguições e os massacres configuram um padrão histórico de

tratamento dispensado pelas classes dominantes aos trabalhadores do campo e à população negra. No campo, essa realidade se intensifica com a negação do acesso à terra, a exclusão de políticas públicas e o aprofundamento das desigualdades estruturais, que colocam as mulheres, especialmente as negras, em situação de vulnerabilidade.

Além da violência direta, o avanço do capital sobre a natureza intensifica os processos de desterritorialização e destruição de modos de vida tradicionais. O agronegócio, com sua lógica de monocultura, exportação e subordinação ao capital transnacional, representa uma ameaça não apenas à biodiversidade e à soberania alimentar, mas à própria existência das comunidades camponesas.

É nesse contexto que se destaca a resistência das mulheres negras e camponesas, organizadas em movimentos sociais e articuladas em torno do feminismo camponês e popular. A luta das mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é emblemática da construção de uma resistência coletiva que tem como eixo a disputa por terra e território, mas que ultrapassa a dimensão da posse. A luta pela terra é também a luta pela dignidade, pela vida sem violência, pela soberania alimentar e pela valorização de saberes ancestrais.

A práxis do feminismo camponês e popular é resultado das lutas concretas das mulheres do campo frente à violência estrutural de um sistema capitalista, patriarcal, racista e sexista. Como afirma Araújo (2020), trata-se de um movimento gestado a partir das experiências vividas por mulheres que enfrentam simultaneamente múltiplas formas de opressão. Sua perspectiva é internacionalista, crítica ao modelo de desenvolvimento excludente, e propõe a construção de alternativas baseadas na justiça social, na equidade e na centralidade da vida.

A partir da inserção da mulher na luta social e da criação de espaços próprios dentro dos movimentos, torna-se possível a politização da desigualdade de gênero, historicamente naturalizada, e a elaboração de estratégias para sua superação. A experiência das mulheres camponesas revela a potência de uma organização política que articula as lutas por território com o enfrentamento às desigualdades estruturais. Elas demonstram, na prática, que é possível pensar um modelo de desenvolvimento rural baseado em condições dignas de trabalho, na agroecologia, na recuperação de sementes crioulas e na valorização dos saberes populares. Essa proposta implica um rompimento

com o paradigma do agronegócio e a construção de uma nova matriz produtiva, que enfrente o capital e resgate os vínculos entre terra, cultura e vida.

A perspectiva da Reforma Agrária Popular, construída coletivamente pelos movimentos sociais do campo, representa um horizonte político emancipatório. Essa proposta vai além da distribuição de terras e implica reconhecer a diversidade dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora rural. Compreender que a classe não é homogênea, mas formada por sujeitos diversos, com experiências distintas de opressão, é fundamental para a formulação de um projeto de transformação radical da sociedade. O racismo e o patriarcado não são elementos externos ao capitalismo, mas estruturantes de seu funcionamento no campo e nas cidades. Por isso, a emancipação da classe trabalhadora passa necessariamente pela superação dessas opressões.

A luta das mulheres, portanto, não se limita à resistência. Ela é também proposição. Ao protagonizarem a construção do feminismo camponês e popular, essas mulheres nos ensinam que a transformação do campo brasileiro exige mais do que reforma agrária: exige uma revolução cultural e política que enfrente as múltiplas formas de dominação que estruturam a sociedade. A terra, nesse sentido, não é apenas um bem econômico, mas um espaço de vida, de reprodução social, de cuidado e de memória. E sua democratização só será efetiva quando incluir a emancipação integral dos sujeitos que a habitam.

Em síntese, a resistência das mulheres negras camponesas revela não apenas as fissuras de um sistema baseado na dominação, mas também a potência de outras formas de organização social, política e produtiva. A luta pela terra, pela vida, pelo território e pela dignidade segue como uma das mais urgentes e fundamentais do nosso tempo. Por isso, essas mulheres seguem em luta por Reforma Agrária Popular, considerando essa luta uma reparação histórica em função de tanta falta direitos impostas a população negra camponesa ao longo da história.

Considerações finais

A leitura mobilizada nos possibilita pensar esse imbricamento das relações de poder, de classe, raça e gênero, enquanto geradoras e reprodutoras de desigualdades agravadas devido à alta concentração fundiária. Essas opressões se retroalimentam e

incidem nos dados alarmantes da desigualdade social que mantém as mulheres negras na base da pirâmide social.

Por isso, é urgente avançar na construção de políticas públicas que possibilitem processos reparatórios, além de fortalecer reflexões coletivas no rumo da emancipação das mulheres, homens, jovens, crianças e toda comunidade LGBTQIA+, porque como dizem as sínteses construídas nos debates internos do MST “não se produz alimentos saudáveis com relações doentes” e “ao capital interessa a violência, a nós interessa a emancipação”.

É a partir dessa perspectiva que essa pesquisa segue. Ela segue mergulhando no universo das mulheres negras do campo, envolvidas na luta por terra e território. Essa pesquisa se coloca em busca do entendimento de como as relações sociais e raciais se reproduzem e tecem seu reflexo a partir da construção de uma territorialidade de resistência. Compreende-se que a possibilidade de acesso à terra, políticas públicas, condições dignas de vida podem proporcionar autonomia, autoestima, pertencimento e condições para as mulheres do campo, em sua maioria negras produzirem alimentos saudáveis e seguirem na defesa da natureza e a rica biodiversidade encontrada nos vários biomas brasileiros.

A tese de doutorado que fundamenta este artigo contribui para o campo dos estudos interseccionais ao evidenciar como as dinâmicas de classe, raça, gênero e acesso à terra se entrelaçam na constituição das desigualdades sociais no campo brasileiro. Ao centrar sua análise nas experiências de mulheres negras do campo, especialmente aquelas envolvidas na luta por terra e território, o estudo amplia o entendimento sobre os processos de resistência e produção de territorialidades marcadas pela busca por justiça social, autonomia e preservação ambiental. Como limitação, reconhece-se que o recorte empírico, embora significativo, restringe a generalização dos achados, o que aponta para a necessidade de investigações futuras que contemplem diferentes regiões, movimentos sociais e contextos agrários.

O artigo, derivado desse estudo em andamento, oferece uma contribuição significativa ao aprofundar a análise interseccional das desigualdades no campo brasileiro, evidenciando como a concentração fundiária, raça, classe e gênero se entrelaçam para marginalizar mulheres negras. Ao focar na invisibilidade dessas mulheres nos estudos camponeses, a pesquisa preenche uma lacuna crucial, revelando

suas estratégias de resistência e a construção de territorialidades sob a ótica do feminismo camponês e popular. Além disso, o estudo reafirma a urgência de políticas públicas reparatórias e emancipatórias, conectando a interseccionalidade enquanto uma teoria crítica à necessidade de transformar não apenas as condições materiais, mas também as estruturas simbólicas e institucionais que perpetuam a opressão

Referências

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. Feminismo camponês e popular: caminhos para uma nova sociabilidade. **Revista Linguagem em (Re)vista**, Niterói, v. 15, n. 30, ago./dez. 2020.

ARRUZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. 2015. **Revista Outubro**, [S. l.], n.23, 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 1989. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf> Acesso em: 3 jul. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octavio (org.). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Quinhentos Anos de Luta pela Terra**. 2007. [S. l.: s. n.]. Disponível m: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/brasil-500-anos-de-luta-pela-terra.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon. A questão agrária e a questão racial no Brasil à luz do Censo Agropecuário de 2017. **Reforma Agrária**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 25-52, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reformaagraria/article/view/255284>. Acesso em: 13 out. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: MADEL, T. L. (org.). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 4 maio 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 43). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos moradores 2020-2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101956_informativo.pdf. Acesso em: 13 out. 2025.

IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. **Concentração de Propriedade da Terra Agrícola no Brasil**. 2020. Disponível em: https://admin.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588007031-resumo_sustentabilidade_terras_agricolas.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial**: mulheres na divisão internacional do trabalho. Tradução de Coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Ema Livros; Editora Timo, 2022.

NASSIF-PIRES, Luiza; CARDOSO, Luisa; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil**: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. São Paulo: MADE/USP, 2021. (Nota MADE ; n. 013). Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>. Acesso em: 13 out. 2025.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávia. A demografia da escravidão no século XIX. In: PINTO, Ana Flávia Magalhães; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de (org.). **História da População Negra no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008. p. 921-962.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. *In*: SAFFIOTI, Heleieth I. B. (org.). **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 53-76.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Recebido em 15/08/2025.

Aceito para publicação em 21/10/2025.
